

## OS DEMÔNIOS DESCEM DO NORTE: CRISE DEMOCRÁTICA E POPULISMO DE DIREITA NO BRASIL

### DEMONS DESCEND FROM THE NORTH: DEMOCRATIC CRISIS AND RIGHT-WING POPULISM IN BRAZIL

Gabriel da Silva Rezende<sup>1</sup>

Mayra Goulart da Silva<sup>2</sup>

Paulo Gracino Junior<sup>3</sup>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1798-0274>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6955-1586>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6764-4797>

Submissão: 17/04/2024

Aprovação: 25/04/2024

#### RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo analisar as bases sociopolíticas e econômicas da ascensão do populismo de direita conservador-autoritário no Brasil, entre os anos de 2016 e 2022, personalizado e vocalizado pelo então candidato à presidência da República Jair Messias Bolsonaro, com especial atenção para a dobradura entre discurso populista de direita e fenômeno religioso. Nossa hipótese é de que o segmento religioso, especialmente, o de cariz evangélico ainda que não seja majoritário entre as opções religiosas da sociedade brasileira, acabaram forjando os termos da gramática de ação político através da qual o bolsonarismo articula os grupos fundamentais que o sustenta. Considera-se o argumento de que o populismo

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Mestre em Sociologia Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ-UCAM), Professor da Faculdade de Miguel Pereira (FAMIPE) e Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Federalismo, Política e Desenvolvimento (NUFEPD/PUC-Rio). E-mail: paulo.junior@unb.br - **Ark:/80372/2596/v13/022**

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP UERJ). Professora do Departamento de Ciência Política da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ. E-mail: paulo.junior@unb.br - **Ark:/80372/2596/v13/022**

<sup>3</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UNB). E-mail: paulo.junior@unb.br - **Ark:/80372/2596/v13/022**

pode ser entendido como uma tendência global, com um padrão fenomenológico reconhecível, mas que cada instância particular de populismo retém gradações específicas de recursos. Compreenderemos, assim, o papel desvelado por Jair Bolsonaro dentro da onda populista contemporânea, em nível internacional, em que o Brasil é refratário. Ou seja, receptor desse padrão epistemológico do populismo que encontrou bases sociopolíticas e econômicas que possibilitaram germinar, em solo nacional, a tendência populista internacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Populismo de Direita. Bolsonarismo. Neoliberalismo. Evangélicos.

#### **ABSTRACT:**

This work aims to analyze the socio-political and economic foundations of the rise of conservative-authoritarian right-wing populism in Brazil, between the years 2016 and 2022, personified and vocalized by the then presidential candidate Jair Messias Bolsonaro, with special attention to the interplay between right-wing populist discourse and religious phenomenon. Our hypothesis is that the religious segment, especially the evangelical one, even though not being the majority among the religious options of Brazilian society, ended up shaping the terms of the political action grammar through which Bolsonarism articulates the fundamental groups that support it. It is argued that populism can be understood as a global trend, with a recognizable phenomenological pattern, but that each particular instance of populism retains specific gradations of resources. We will thus understand the role revealed by Jair Bolsonaro within the contemporary populist wave at an international level, in which Brazil is refractory. In other words, a recipient of this epistemological pattern of populism that found socio-political and economic bases that allowed the international populist trend to germinate on national soil.

**KEYWORDS:** Right-wing Populism. Bolsonarism. Neoliberalism. Evangelicalism.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como objetivo analisar as bases sociopolíticas e econômicas da ascensão do populismo de direita conservador-autoritário no Brasil, entre os anos de 2016 e 2022, personalizado e vocalizado pelo então candidato à presidência da República Jair Messias Bolsonaro, com especial atenção para a dobradura entre discurso populista de direita

e fenômeno religioso. Nossa hipótese é de que o segmento religioso, especialmente, o de cariz evangélico ainda que não seja majoritário entre as opções religiosas da sociedade brasileira, acabaram forjando os termos da gramática de ação político através da qual o bolsonarismo articula os grupos fundamentais que o sustenta.

Subsidiariamente, identificaremos os fatores conjunturais e estruturais que possibilitaram a ascensão de um ex-deputado federal ao cargo máximo do país, até então sem expressividade política e disputando o pleito por um partido político sem capilaridade nacional. Argumentaremos que a vitória do ex-capitão do Exército brasileiro faz parte do fenômeno global do populismo contemporâneo na esteira da crise da representatividade nos países democráticos, mas que no caso brasileiro tem especificidade. Uma vez que o Brasil apresenta, ao contrário de boa parte dos Países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, baixa institucionalização do sistema partidário e votos, majoritariamente, personalistas, o que favorece as aventuras populistas. Ainda assim, tivemos fatores conjunturais e estruturais que favoreceram a maior inserção e o crescimento da direita no país, após 13 anos de governos do Partido dos Trabalhadores em nível nacional, bem como fatores associados às jornadas de junho de 2013, a Operação Lava Jato, o processo de impeachment de Dilma Rousseff, a emergência da pauta conservadora e de costumes na esfera pública. Essas circunstâncias favoreceram, pela primeira vez na história política brasileira, através do voto popular, a eleição de um candidato diretamente identificado com o campo da direita. Dessa forma, a estratégia político-eleitoral populista se organizou ao redor de cinco pilares de sustentação sociopolítica e econômica: lavajatismo e antipetismo, militares, evangélicos, agronegócio e redes sociais.

Considera-se o argumento de que o populismo pode ser entendido como uma tendência global, com um padrão fenomenológico reconhecível, mas que cada instância particular de populismo retém gradações específicas de recursos. Compreenderemos, assim, o papel desvelado por Jair Bolsonaro dentro da onda populista contemporânea, em nível internacional, em que o Brasil é refratário. Ou seja, receptor desse padrão epistemológico do populismo que encontrou bases sociopolíticas e econômicas que possibilitaram germinar, em solo nacional, a tendência populista internacional.

## 2. DELINEANDO O POPULISMO

O teórico político Gregor Fitz (2018) argumenta que o populismo e a democracia representam os dois lados da mesma moeda, pois nenhum deles poderia subsistir sem se referir ao “povo” como soberano. De fato, o populismo não é novo. Surgiu junto com o processo de democratização do século XIX e, desde então, suas formas refletiram as formas dos governos representativos que desafiou. O que é novo hoje, conforme assevera Urbinati (2019), é a intensidade e a difusão de suas manifestações, visto que movimentos populistas surgiram em quase todas as democracias contemporâneas.

Dessa forma, temos presenciado na Europa dos últimos anos uma espetacular ascensão política e eleitoral de forças de extrema-direita, racistas, xenófobas, fascistas ou semifascistas. Uma nova onda populista parece ter tomado o mundo. Como destaca Resende (2019), desde o surgimento do *Tea Party* nos Estados Unidos em 2009 à votação em favor do *Brexit* de 2015; da chamada Onda Rosa dos anos 2000 na América do Sul à chegada do Front National ao segundo turno das eleições presidenciais na França em 2017; do surgimento de novos partidos políticos de características populistas, tanto da direita quanto da esquerda, como Syriza e Golden Dawn (Grécia), Alternative für Deutschland e Pegida (Alemanha), Podemos (Espanha), UKIP (Grã-Bretanha) e M5S (Itália), à eleição de lideranças populistas como Donald Trump (EUA), Jaroslaw Kaczynski (Polônia), Beppe Grillo (Itália), Jörg Haider (Áustria), Viktor Orban (Hungria), Jair Bolsonaro (Brasil), Recep Erdogan (Turquia) e Rodrigo Duterte (Filipinas).

Não obstante, tais eventos sinalizam que o termo populismo se tornou a palavra de ordem em análises políticas, na mídia e na área acadêmica para descrever lideranças, partidos, regimes e ideologias políticas nas suas mais diferentes manifestações. Por ser altamente contestado, o conceito de populismo vem sofrendo uma profunda revisão na última década.

O populismo, enquanto fenômeno, era estudado de duas maneiras altamente específicas, como analisado por Urbinati (2019), sendo simplesmente conceituado como uma subespécie do fascismo ou estudado como uma forma de governo que se pensava ser limitada às margens do Ocidente, e particularmente aos países latino-americanos. Estes últimos considerados como os países de reprodução do populismo porque serviram como o “tipo ideal” das generalizações aplicadas aos estilos políticos populistas: processos emergentes,

condições socioeconômicas de sucesso ou fracasso e inovações institucionais em nível de Estado.

Os estudos produzidos nas décadas de 1960 a 1980, a maioria dedicada a casos da América Latina, tomavam o populismo como categoria econômico-estruturalista, estabelecendo relações entre desenvolvimento tardio e políticas distributivas tidas como irresponsáveis (Bielschowski, 2000; Posternak, 2008). Já na Europa, no final do século XX e nas primeiras décadas do Século XXI, o populismo se tornou um conceito utilizado sobretudo com referências a movimentos xenófobos e de extrema-direita, enquanto na América Latina o conceito abarcou um conjunto muito mais amplo de fenômenos políticos desde os anos 1940 e 1950. O populismo na América Latina, e especialmente no Brasil, se apresentava como um termo empregado para categorizar a emergência de líderes desenvolvimentistas e carismáticos, com realçado cariz nacionalista, que contavam com apoio construído em forte base popular contra as oligarquias estabelecidas (Gonzales, 2007 *apud* Morelock; Narita, 2019).

Contudo, o novo interesse pelo populismo entre os cientistas sociais da contemporaneidade também é algo novo. Até o final do século XX, de acordo com Urbinati (2019), esse interesse era mais forte entre os pensadores que viam o populismo como um problema ligado ao processo de construção nacional nos países que foram colonizados, como uma nova forma de mobilização e contestação contra a democracia liberal, ou como um sinal do renascimento dos partidos de direita na Europa. Poucos estudiosos sugeriram que o populismo pode ter um papel positivo a desempenhar na democracia contemporânea. Aqueles que o fizeram viram suas virtudes como essencialmente morais. Eles afirmavam que isso implicava um desejo de “regeneração moral” e das aspirações “redentoras” da democracia; que encorajou a “política popular” em vez da “política institucionalizada” ou privilegiou a experiência vivida em bairros locais em vez de um Estado distante e abstrato; e que pode servir como um meio para realizar a soberania popular, como um contraponto ou além das instituições e regras constitucionais.

Os cientistas sociais, especialmente os cientistas políticos, bem como os cidadãos do século XXI atraídos pelo populismo são mais numerosos e seu interesse nele é principalmente político. Eles concebem o populismo não apenas como um sintoma de cansaço com o *establishment* e com os partidos estabelecidos, mas também como um legítimo apelo ao poder por parte de muitos cidadãos comuns que durante anos foram submetidos a rendimentos decrescentes e influência política de determinados grupos de poder circunscritos.

O populismo é visto como uma oportunidade para rejuvenescer a democracia – por parte da esquerda – ou para manter o status quo social vigente – por parte da direita, que tradicionalmente tem servido como guardião da retórica e estratégia populista (URBINATI, 2019). Sendo esta última análise que nos concerne no presente trabalho, a capacidade da direita e do neoconservadorismo – em forte associação com a direita cristã – de se relacionar com o populismo, como presenciamos no caso brasileiro, estadunidense e polonês.

No entanto, a literatura recente se limita a aspectos teóricos e/ou domésticos do populismo, recorrendo a métodos comparativos ou estudos de casos nacionais isolados, negligenciando a dimensão do populismo como fenômeno global e sua dimensão na sociologia política dos Estados. Raros são os estudos que exploram a relação do populismo com estruturas, agentes e processos conjunturais e, principalmente, a própria agência dos indivíduos no comportamento e participação política, bem como os traços da cultura política e a capacidade de arregimentação eleitoral religiosa que permeiam determinadas sociedades. As literaturas recentes sobre populismo, especialmente o de direita, abordam de modo muito exclusivo a personalidade dos líderes e *policymakers* populistas e suas dimensões autoritárias no sistema político.

O populismo, enquanto termo, é mais empregado de forma polêmica do que analítica. Populismo não é uma ideologia ou regime político, uma vez que não pode ser atribuído a ele um conteúdo programático específico. Apesar de teóricos políticos, como Margaret Canovan (1981), argumentarem em estudos que o populismo é um tipo de movimento ou de ideologia política que adiciona a ideia de um povo unificado no centro de sua visão, tendemos a considerar alguns ajustes cruciais auferidos nesse ponto de vista ao analisarmos, conforme assevera Cas Mudde (2007), que o populismo não é de fato uma ideologia em sentido estrito, como o socialismo ou o liberalismo, mas uma ideologia “fina” que amplia outras ideologias, como o nacionalismo (TORMEY, 2019). O populismo, ao longo da história, nunca logrou resultados na floração de um credo intelectual ou uma doutrina político-social e econômica, enquanto instância unívoca.

Não obstante, o populismo é um fenômeno. A filosofia compreende como fenômeno tudo aquilo que está sujeito à ação dos nossos sentidos, ou que nos impressiona de algum modo (física, moralmente etc.). Ao mesmo tempo que é um acontecimento passível de observação, conseqüentemente, pode ser explicado de maneira científica. Populismo, além de ser um fenômeno político, também é uma ferramenta política de representação, em que alguns atores políticos apresentam maior capacidade de transpor certas características populistas

enquanto outros não. Muito embora continue sendo utilizado amplamente enquanto discurso e performática em diferentes períodos da história.

Em consonância com o que já argumentamos em trabalhos anteriores (AUTORAS, 2023, p. 6), o presente artigo se orienta a partir da obra *A Razão Populista*, em que “a questão passa a ser a elaboração de uma teoria da representação capaz de, na ausência de pressupostos transcendentais, metafísicos ou naturais, explicar a construção dos sujeitos políticos”.

Essa construção é vista como o resultado de interações discursivas, contextuais e frágeis entre diferentes indivíduos sociais. Essas interações são o produto de dinâmicas de equivalência, como vimos anteriormente, que são fundamentais para estabelecer uma hegemonia, ou seja, para criar e sustentar uma ordem política, econômica e social. As cadeias de equivalência surgem quando grupos marginalizados se identificam uns com os outros, reconhecendo-se como excluídos do centro do poder. É relevante destacar, ao considerar o tema em análise, que não é imprescindível que esses grupos constituam a maioria da sociedade. Muitas vezes, sua eficácia está estreitamente relacionada à habilidade de universalizar suas reivindicações. Da mesma forma, não é necessário que estejam objetivamente em uma posição de subalternidade, mas sim que sejam percebidos dessa maneira por seus próprios membros e, possivelmente, por outros observadores externos (ABOY CARLÉS, 2012).

Este é um ponto crucial para aplicar esta formulação aos elementos que constituem o sujeito político bolsonarista. O elemento determinante é o antagonismo em relação a outro sujeito político, especialmente identificado com o Partido dos Trabalhadores e com a esquerda em geral. Assim, a noção de opressão e de plebe não está ligada a uma posição social específica, permitindo-nos falar não tanto de uma identidade política popular, mas sim de uma gramática de construção identitária interpretada como o processo de "construção de um povo". Os discursos que empregam maior confronto seriam mais populistas, indicando os processos históricos tipificados como populistas de direita, caracterizados por um alto grau de beligerância no tratamento dos opositores políticos, especialmente aqueles identificados com a esquerda, como mais populistas do que os regimes que não possuem essa característica particular. Na parte em que discutimos os resultados encontrados pela aplicação da metodologia escolhida para analisar os discursos de Jair Bolsonaro, demonstraremos a centralidade do antagonismo em seus discursos por meio da recorrência das categorias utilizadas para tipificar posicionamentos críticos à esquerda em geral ou ao Partido dos Trabalhadores em particular (AUTORAS, 2023).

Assim, surge um novo sujeito político que aspira a transformar a atual conjuntura de poder, uma vez que cada coletivo que o constitui percebe que suas demandas e identidades não são devidamente atendidas e representadas pelo bloco dominante. Essa percepção compartilhada é impulsionada por performances discursivas que enfatizam uma relação de antagonismo, onde a criação de um "nós" é alcançada através da diferenciação em relação a um outro, ao qual é atribuída a responsabilidade pela condição de exclusão atual. Nessa forma de articulação, as identidades particulares de cada grupo são, em certa medida, subsumidas, visando à constituição de um novo sujeito que as engloba. A teoria laclauiana oferece uma análise mais aprofundada da relação entre os atores sociais que compõem o sujeito político, sendo fundamental para entender a ascensão do bolsonarismo. Ao contrário de outras abordagens do populismo, essa perspectiva pós-fundacionalista destaca que o populismo se distingue dos mecanismos totalitários sem ser apenas uma versão mais branda destes. Argumentamos que o populismo precisa ser formalmente distinto do totalitarismo para alcançar seu potencial heurístico. Abordagens como as de Rosanvallon, Urbinati e Finchelstein não reconhecem a Razão Populista como uma teoria de representação distinta da tradicional, baseada na individualidade. Em vez disso, propomos que a Razão Populista seja entendida como um espectro alternativo, onde as variações são determinadas pelo grau de antagonismo entre diferentes sujeitos sociais que constituem o sujeito político (AUTORAS, 2023).

Alguns comentadores negligenciam a singularidade da teoria da representação apresentada em "A Razão Populista" (2013) de Laclau, que não só atualiza o conceito de soberania hobbesiano, mas também questiona seus fundamentos, propondo uma formulação que diverge do individualismo metodológico. Laclau redefine o exterior constitutivo como algo externo à comunidade política, tornando possível a unidade parcial e provisória dependente de atos de exclusão. A totalidade funciona como um exterior constitutivo, onde o novo sujeito político é conformado a partir do antagonismo e da nomeação entre atores coletivos, não indivíduos. Embora Laclau não tenha teorizado diretamente sobre isso, sua abordagem permite uma visão menos atomística e menos verticalizada do político, compatível com uma abordagem organicista. Isso nos permite analisar o sujeito bolsonarista de forma intermédia entre aqueles que veem nele uma personalidade autoritária ou afetos fascistas e aqueles que aproximam suas performances governativas de dinâmicas engendradas por líderes totalitários ao longo da história.



Para compreender o processo de constituição do sujeito bolsonarista, é essencial revisitar a caracterização de Mouffe sobre a natureza do político, destacando a dissociação entre a política institucional e o político como uma dimensão constitutiva de antagonismo entre diferentes identidades coletivas que disputam a definição dos termos da ordem política. Essa abordagem, contrária à teoria da representação hobbesiana e à sua versão schmittiana, enfatiza que a relação não é entre indivíduos, mas entre grupos sociais que mantêm certa autonomia em relação ao líder, preservando suas identidades parciais. Aboy Carlés distingue o populismo do totalitarismo pela presença de identidades parciais, que não se convertem imediatamente em uma totalidade homogênea, ao contrário das identidades totalitárias que excluem seus inimigos. Essa diferenciação é crucial para analisar não apenas o caso brasileiro, mas também os populismos de direita globais, evitando conceitos que se limitam às dimensões individuais do vínculo representativo. No plano discursivo, essa distinção se reflete na restrição do campo de flutuação dos significados, ausente na conformação autoritária onde os indivíduos atomizados diluem suas identidades em favor de uma lealdade total ao líder, eliminando qualquer espaço para crítica.

A utilidade desta proposta teórica se estende para diferenciar os regimes tipificados pelo populismo, mesmo que não seja o foco deste trabalho. Ao examinar a história política brasileira e outros estudos, observa-se um menor nível de beligerância e antagonismo nos populismos de esquerda, como os associados a Luiz Inácio Lula da Silva, em comparação com os populismos de direita do século XXI. Nos populismos anteriores, como os de Vargas e Perón, o antagonismo era ainda mais pronunciado, devido à heterogeneidade das correlações de forças. Em estudos anteriores (AUTORES, 2021), demonstramos o alto grau de antagonismo nos discursos de Bolsonaro através de uma análise de discurso quantitativa, embora não possamos fazer comparações diretas sem aplicar a mesma metodologia a outros regimes populistas.

De certo, o que fica claro nas várias tentativas de definir o populismo é a centralidade da ideia de “povo”. Para os populistas, o povo é o sujeito da política, em oposição a qualquer classe social, grupo étnico ou nação. Nadia Urbinati (2014) argumenta que é uma forma de ação coletiva com o objetivo de conquista de poder, que explora as falhas da representação democrática. Realizada por meio da canalização, por parte dos líderes, das demandas não atendidas de certos segmentos da população em relação ao sistema político e das instituições democráticas. Dessa forma, permite a entrada em cena, em nível estratégico, do estilo de representação política do líder populista, traçando um imaginário discurso de

inimigo, viabilizando a construção de uma retórica política na existência de um binômio: povo soberano e inimigos do povo (párias que oscilaram muito ao longo do tempo: demagogos, elites, oligarquias, estrangeiros, *establishment*, intelectuais, organizações multilaterais, bancos etc.).

Contudo, Urbinati (2014) e Ernesto Laclau (2005), de uma forma oposta, mas congruente, conseguiram dar ao termo populismo um cariz universal, em que a dicotomia diz respeito à clivagem entre democracia liberal representativa, ou seja, uma democracia baseada na tripartição dos poderes e exercida por representantes, e o populismo baseado na ideia de uma democracia exercida de uma forma mais direta (GOULART; ADINOLFI, 2018).

Segundo Goulart e Adinolfi (2018), o dilema entre democracia e representação é constitutivo da relação conceitual entre ambos, e agrava-se na contemporaneidade, visto que se configura um contexto no qual o processo de individuação é cada vez menos coordenado por instâncias de socialização e agregação das vontades, como é o caso dos partidos, dos sindicatos e até das famílias. Ocorre, então, a configuração de um panorama de crise mundial nos mecanismos representativos, pois agrava-se ao longo do século XX o problema da multiplicação das identidades e da “dessubjetivação” do povo enquanto totalidade. No final desse período, tal fenômeno fica mais visível, uma vez que os partidos políticos perdem a centralidade outrora ocupada na ordenação das identidades e preferências dos eleitores.

Dessa forma, o populismo dialoga com um caráter analítico importante das Ciências Sociais, o conceito de dominação carismática de Max Weber. Na dimensão dos regimes representativos, a liderança carismática é exercida como estilo de condução política. Ou seja, refere-se a um mecanismo de aproximação com os eleitores e governados via canal direto de comunicação ou como estratégia que busque apoiar-se explicitamente no poder popular (por meio de plebiscitos e referendos) para garantir a implementação de certas agendas. Nos casos autoritários, o líder exerce o papel de visionário a combater a ordem estabelecida e aqueles que a sustentam, afirmando a necessidade de constituição de uma nova estrutura política. Em outras palavras, o populismo, conforme assevera Sell (2013, p.37), é: “mais do que uma forma personalizada de gestão política, construção discursiva, regime político ou manifestação de classe, constitui-se, em seu núcleo fundamental, com base exatamente neste elemento carismático-emocional”. Neste prisma, o carisma é sempre uma das características que integram o fenômeno populista. Muito embora a dimensão carismática da liderança varie de natureza e intensidade sobre a figura do líder, ela é preponderante em relação à sua base social de apoio.

Laclau (2005) argumenta que a emergência do populismo é historicamente ligada a uma crise do discurso ideológico dominante que, por sua vez, é parte de uma crise social mais geral. De modo que o populismo começa quando elementos populares e democráticos são apresentados como opções antagônicas contra a ideologia dominante. De fato, os líderes populistas romperam consideravelmente os padrões estabelecidos de competição partidária em muitas sociedades ocidentais contemporâneas.

### 3. TRUMPISMO E BOLSONARISMO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA?

O caso mais emblemático, e que reflete o fenômeno do populismo, é a eleição de Donald Trump para a Casa Branca em 2016. Uma pergunta relevante aventada no processo após o sufrágio norte-americano foi: como uma figura tão polarizadora e politicamente inexperiente pode ganhar a indicação de um grande partido – e então ser eleita Presidente? (NORRIS; INGLEHART, 2019). No caso brasileiro encontramos – *mutatis mutandis* – certas semelhanças com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Com o arrefecimento da competição dentro dos partidos políticos dos seus quadros de filiados, derivado da ausência de fortes lideranças ou o enfraquecimento das mesmas, seja ligado a escândalos de corrupção no Brasil ou por meio da associação ao *establishment* no caso estadunidense e europeu, como ineficazes na solução dos anseios sociais devido ao vínculo ao sistema político-partidário e econômico, ligado a grandes corporações e atendendo exclusivamente suas demandas.

Trump foi um outsider e um neófito político, sofreu grandes resistências nas primárias republicanas para pleitear sua candidatura na disputa com o Partido Democrata nas eleições nacionais, sendo fortemente atacado, até mesmo por conservadores como George Will e republicanos do *establishment* como Mitt Romney, liberais sociais como Elizabeth Warren e socialistas como Bernie Sanders. Ele foi descrito por alguns comentaristas como um homem forte, ameaçando a democracia, por outros como um demagogo xenofóbico e racista, habilidoso em despertar multidões, e ainda por outros como um vendedor oportunista sem princípios fundamentais (NORRIS; INGLEHART, 2019). Ao contrário de Trump, Bolsonaro – um capitão reformado do Exército Brasileiro que foi deputado federal por sete mandatos entre 1991 e 2018, sendo eleito através de diferentes partidos ao longo de sua carreira – teve uma experiência de 27 anos como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e em todos esses anos de atuação na Câmara dos Deputados foi considerado como pertencente ao “baixo

clero”. Ou seja, com pouca relevância e influência no processo decisório da Câmara. Em geral, esteve preocupado com assuntos relacionados à sua base eleitoral, como garantir o repasse de recursos à sua cidade e tratando de assuntos que mobilizavam seu eleitorado.

Ficou conhecido por ser uma personalidade controversa, marcado por declarações classificadas como discurso de ódio e de suas visões políticas caracterizadas como conservadoras e de extrema-direita, incluindo a simpatia pela ditadura militar brasileira e a defesa das práticas de tortura por aquele regime. Bolsonaro, invariavelmente, buscou se apresentar como um candidato conservador, defensor de valores familiares e de políticas mais rigorosas na área da segurança pública.

Com o desejo de disputar as eleições de 2018, o seu partido, até então o Partido Progressista (PP), não lhe garantia legenda para concorrer à presidência da República. O primeiro destino de Bolsonaro em busca da construção da candidatura presidencial foi o Partido Social Cristão (PSC), partido que tem muitos políticos evangélicos em suas fileiras. Contudo, o relacionamento começou a estremecer durante a eleição municipal em 2016. Após grande dificuldade e muitas negociações com partidos políticos menores para que uma legenda lhe conferisse a possibilidade de concorrer ao Palácio do Planalto, decidiu concorrer pelo Partido Social Liberal (PSL) partido pequeno, com poucos recursos – até então – e diante da baixa possibilidade de conseguir apoio de partidos maiores, bem como pela dificuldade da escolha de um vice que agregasse apoio. Todo esse périplo partidário demonstra a dificuldade dos partidos políticos, assim como dos “caciques” partidários de aprovarem uma candidatura de neófitos e membros do “baixo clero” ao executivo nacional.

Percebemos Trump e mesmo Bolsonaro como líderes que usam a retórica populista para legitimar seu estilo de governança, promovendo valores autoritários que ameaçam as instituições e normas da democracia liberal e o Estado de Direito. Trump e Bolsonaro estão longe de serem os primeiros e únicos a usarem partes de uma retórica populista. Os discursos nativistas irritados de Trump, apelos *antiestablishment* e linguagem muitas vezes radical assemelham-se aos de muitos outros líderes cujo apoio tem aumentado em toda a Europa e América Latina. Além dos líderes, esses sentimentos encontram expressão em partidos políticos, movimentos sociais e na imprensa horizontal (blogs, YouTube e sites de polemistas). O populismo não é novo, como já mencionamos, von Beyme (*apud* NORRIS; INGLEHART, 2019, P. 4) sugere que esse fenômeno sofreu pelo menos três ondas sucessivas. Suas raízes históricas remontam aos cartistas na Grã-Bretanha do início do período vitoriano, aos revolucionários de Narodnik na Rússia czarista do final do século XIX,

aos movimentos fascistas nas décadas entre as duas guerras, ao peronismo na Argentina e ao poujadismo na França pós-guerra.

Todos esses eventos sinalizam que o termo populismo se tornou a palavra de ordem da agenda política do século XXI. É interessante observar que os posicionamentos à direita celebram o novo populismo como uma forma mais direta e melhorada da democracia, especialmente no que diz respeito à maior participação popular da chamada maioria silenciosa à rejeição do politicamente correto e das políticas de identidade. Por outro lado, partidários da esquerda alertam para os perigos da polarização política e do autoritarismo em regimes democráticos sem proteção a minorias (ROTH, 2017).

É crível salientar que os atores populistas fazem duas alegações fundamentais sobre como as sociedades devem ser governadas. A primeira demarcação é que o populismo desafia a autoridade legítima do *establishment*. Ou seja, questiona a localização correta do poder em qualquer Estado, incluindo o papel dos representantes eleitos nos regimes democráticos. Os alvos incluem a mídia convencional (que esses atores vinculam como *fake news*), eleições (“fraudulentas”), políticos da oposição (“traidores” ou “inimigos da pátria”), partidos políticos (classificados como “disfuncionais”), burocratas do setor público, lobistas (caracterizados como “corruptos”), a comunidade epistêmica, intelectuais e cientistas (como “disfuncionais” e “arrogantes”), a constituição e organizações internacionais como a União Europeia (“Burocratas de Bruxelas”) e a ONU (“um clube de conversação”). Os *policymakers* populistas consideram que não somente o *establishment* esteja equivocado em suas decisões, julgamentos e errantes em suas ações, mas que eles são moralmente errados em seus valores fundamentais. Os líderes populistas se descrevem como indivíduos dispostos a erradicar os erros do sistema, logo, da política convencional. A rigor, esse tipo de apelo ressoa entre os cidadãos críticos – aqueles comprometidos com a democracia em princípio, mas desiludidos com o desempenho dos eleitos para o Poder Executivo e de instituições representativas, incluindo partidos, eleições e parlamentos.

Em segundo lugar, argumentam Norris e Inglehart (2019), os líderes populistas afirmam que a única fonte legítima de autoridade política e moral em uma democracia está no “povo”. A voz dos cidadãos comuns (a “maioria silenciosa”) é considerada a única forma “genuína” de governança democrática, mesmo quando em desacordo com julgamentos de especialistas – incluindo os de representantes e juízes eleitos, cientistas e acadêmicos, jornalistas e comentaristas. A vontade coletiva do “povo” é considerada unificada, autêntica e inquestionavelmente moralmente correta. Portanto, a retórica populista tende a corroer a fé na

autoridade legítima dos representantes eleitos nas democracias liberais como ineficazes em atender as demandas e anseios do “povo” e partícipes da “corrupção” do *establishment*.

Em outras palavras, o populismo reflete o profundo “cinismo” e ressentimento nas autoridades, grandes bancos, corporações multinacionais, na imprensa, nos políticos eleitos e no funcionalismo público, intelectuais e cientistas. Construindo um enredo discursivo em torno do cidadão comum, visto como homogêneo e inerentemente “bom” ou “decente” – no caso brasileiro o enaltecimento do “cidadão de bem” –, principalmente no populismo de direita, em contrapartida estão as elites desonestas e a imprensa divulgadora de *fake news* que corroem a moralidade e civilidade dos “bons cidadãos”.

Soma-se a isso o fato de os líderes populistas terem a característica de se mostrarem capazes de mitigar a corrupção, transpor o sistema/*establishment* em favor do “povo” e desvelarem-se por meio do favorecimento de sua personalidade a exortando como um líder forte, bem como sua capacidade de liderança carismática, de modo a refletir o desejo do “povo”. Utilizam meios não oficiais/institucionais de comunicação, através de suas contas pessoais no Twitter e Facebook, para informações de governo como um meio direto de contato com seus eleitores e a sociedade em geral.

Se o aspecto comunicativo do líder personalista com as massas é fundamental para a compreensão do populismo, é crível ressaltar, assim como analisado por Dahl (1971) e Mainwaring e Torcal (2005), a questão da participação e institucionalização do sistema partidário, de modo a assegurar maior previsibilidade e estabilidade ao sistema, e a ampliação democrática, tendo em vista que o populismo esgarça o processo eleitoral e partidário ao concentrar toda mobilização em torno de sua persona.

Os sistemas partidários institucionalizados, de acordo com os autores supracitados, são dotados de estabilidade na competição entre os partidos, legendas com razoável grau de enraizamento societário, aceitação da legitimidade dos partidos e do processo eleitoral como instituições capazes de determinar quem exerce o governo, e organizações partidárias com estrutura e regramento estáveis. Não obstante, esse conjunto de características seria considerado fundamental à consolidação da democracia. Por outro lado, sistemas partidários, como no Brasil, de baixa institucionalização, estariam mais suscetíveis a níveis elevados de personalismo e escândalos de corrupção, podendo acarretar, até mesmo, casos de rupturas institucionais.

Esses fatores, baixa institucionalização partidária e personalismo, possibilitam a emergência de lideranças políticas, em processos de crises conjunturais, de “fora” ou contra

o “sistema” como verdadeiros representantes do povo e seus anseios. Nesse contexto, percebemos eleições de presidentes com partidos pouco institucionalizados, pequenos e pouco enraizados socialmente nas unidades federativas do país, como em 1960 (Jânio Quadros), 1989 (com Fernando Collor) e em 2018 (Bolsonaro).

Acreditamos, assim como apresenta Urbinati (2019), que o populismo – enquanto fenômeno global – se caracteriza pela transformação dos três pilares da democracia moderna: o povo, o princípio da maioria e a representação. Populismo, à medida que é uma nova forma de governo representativo, capaz – através de seus movimentos e base de apoio – de construir um determinado regime a partir da democracia constitucional. Ainda que o populismo seja uma forma de governo representativa, ele se situa na categoria de “desfiguração”, conforme analisa Urbinati (2019), pois a democracia populista polariza radicalmente o espaço público, esgarçando a divisão de poderes da República, as instituições liberais e mobilizando a opinião sem nenhuma intermediação institucional, uma vez que a opinião é uma forma de ação tão importante quanto os mecanismos que organizam as votações e mobilizam as decisões.

Como podemos perceber, se para alguns cientistas sociais o populismo é um tipo de desfiguração da política democrática que pode declinar para formas autoritárias (URBINATI, 2014; 2019), há quem defenda que o perigo é aparente e longe de se concretizar em democracias consolidadas (WEYLAND, 2020). De todo modo, a vitória eleitoral de Trump nos Estados Unidos (2016) e de Bolsonaro no Brasil (2018) reacendeu o debate sobre a existência de um novo populismo, no caso de ambos, de cariz de direita radical e conservador, trazendo evidência à temática, sobretudo, diante da presente conjuntura brasileira e dos desafios que as instituições democráticas vêm enfrentando.

#### **4. CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL, POPULISMO DE DIREITA E RETÓRICA CONSERVADORA.**

Mouffe (2019; 2015), Castells (2018), Brown (2019) e Fraser (2020) partem da crítica conceitual de que, com a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, estaríamos no “fim da História”, como formulado por Fukuyama (1992), bem como da ideia de que a democracia liberal seria o ápice do desenvolvimento democrático, em que o consenso em torno do político e do econômico seria cristalizado desde então, sem nenhum

conflito dialógico tão proeminente. Isso tem se mostrado equivocado diante de inúmeros acontecimentos, como a própria ascensão do populismo, especialmente o de direita.

A democracia liberal, segundo essa percepção, especialmente através da concepção de Mouffe (2015), seria incapaz de reconhecer a importância do conflito para a democracia. Ao invisibilizar o conflito e sobrevalorizar o consenso, a democracia liberal criou obstáculos para a vocalização das demandas daqueles que não fazem parte do projeto hegemônico, ou seja, criou barreiras para o agonismo. É nesse cenário de falta de canais para a vocalização de suas demandas legítimas que determinadas parcelas da sociedade se sentem impelidas ao antagonismo (RODRIGUES; BELLATO, 2021), a prática de alteridade (CONNOLLY, 2004; Laclau, 2013), *nós versus eles*. Para Mouffe, este seria o cerne para o surgimento do populismo de direita na cena atual.

O populismo de direita emergiu como a voz dos excluídos desse consenso ao centro, como uma vocalização de protesto do “povo” contra as grandes coalizões de governo. De modo que o populismo de direita organizou com relativo sucesso em quase todos esses países a oposição entre o “povo” e as “elites” do consenso liberal, através de uma plataforma *antiestablishment* (MOUFFE, 2015).

Ao predizermos sobre o consenso neoliberal cristalizado na década de 1990, encontramos o argumento de Wendy Brown (2019) que caracteriza que o problema da democracia liberal é o neoliberalismo, uma vez que, para a autora, o modelo neoliberal, na democracia liberal, foi partícipe de seu próprio esgarçamento, enquanto ideal, e de sua deterioração. Ao referenciar abordagens foucaultianas, neomarxistas e dos pensadores neoliberais, como Friedrich Hayek e Milton Friedman, Brown apreende que temas neoliberais como gestão, lei e tecnocracia no lugar de deliberação, contestação e partilha democráticas do poder geraram uma desorientação generalizada quanto ao valor da democracia e até mesmo opróbrio em relação a ela (RODRIGUES; BELLATO, 2021).

Contudo, é importante frisar que, para Brown (2019), o neoliberalismo não é a causa originária do populismo de direita apenas por uma ótica da economia política, sobretudo aquela que presenciamos ao longo das primeiras décadas do século XXI. O populismo de direita é fruto do ressentimento de classe daqueles que foram “deixados para trás”, abandonados economicamente, mas também da “raiva do masculinismo branco destronado” (Brown, 2019, p. 217) e da perda das referências morais de conduta cristalizadas ao longo de séculos.



Por conseguinte, corroboramos com esse último viés de autores que analisam o populismo não somente pela abordagem economicista, mas como predisposição também a um cenário de crise em que o populismo avança como prática de articulação política por fora dos limites da democracia liberal, entrelaçando estratégia política (WEYLAND, 2001), estilo político e como ideologia fina (MUDDE, 2017). Todas essas nuances analíticas do populismo são, ao nosso ver, complementares para compreender o fenômeno como um todo, contudo, destacaremos maior atenção à abordagem da estratégia política. Em nossa perspectiva, argumentaremos, que a crise da democracia liberal e representativa não apenas desencadeia o populismo, mas que o populismo também tenta agir como um gatilho para a própria crise, sendo sua interface comunicativa e interpelativa a ação do “povo” através de uma estratégia política ao mesmo tempo particular e generalizante.

Contudo, precisamos desvelar o que se configura como “novos” populismos na política contemporânea, que temos presenciado e exaustivamente comentado nas mídias e analisado nas universidades. Afinal, conforme argumentou Gramsci (2007, p. 184), “a crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer”. Por analogia, é necessário compreender como se percebe esse “novo” populismo, sobretudo de direita, sua ascensão vitoriosa e sua necessidade de se estruturar e se manter no poder.

Cabe aqui destacar um ponto chave conceitual do populismo analisado por Laclau (2005; 2013), o populismo como uma lógica política, “uma estratégia discursiva de construção de uma fronteira política, dividindo a sociedade em dois campos e apelando para a mobilização dos ‘excluídos’ [CONTRA] aqueles que estão no poder” (MOUFFE, 2018, p. 25). Em outras palavras, trata-se de um processo eminentemente político de construção de identidades coletivas, em que a noção do povo tem centralidade. Em concomitância, é construído discursivamente um inimigo e que “produz efeitos estruturantes que se manifestam principalmente no nível dos modos de representação” (LACLAU, 2005, p. 34).

O papel da representação, através de uma estratégia política populista, se torna a própria premissa da constituição da identidade popular uma vez que é na identificação de uma demanda popular hegemônica que reside a capacidade de representar toda a heterogeneidade popular. Conforme destaca Laclau (2013, p. 159), “desse modo, quase imperceptivelmente, a lógica de equivalência conduz a uma singularidade e esta leva a uma identificação da unidade do grupo com o nome do líder”.

Para compreendermos os “novos” populismos, sobretudo de direita, é preciso identificar o populismo como uma lógica política capaz de construir uma nova identidade

popular que se opõe antagonicamente ao seu “outro”, ou seja, além de ser uma estratégia política e comunicativa, o populismo necessita como axioma da dimensão antagônica da política e o papel dos afetos em sua construção (MOUFFE, 2019).

O populismo contemporâneo, ou novo populismo, emerge em um contexto de crises econômicas e financeiras e de uma crise mais profunda da democracia liberal, em que a crescente desigualdade econômica e social favorece a ascensão de lideranças ou partidos populistas e a intensificação da descrença na política que representaria a incapacidade das elites liberais em cumprir sua promessa de uma prática política baseada na moderação, no consenso, no reconhecimento de direitos de minorias e na tolerância mútua. Neste íterim, o populismo apresenta premissas muito distintas das que fundamentam o liberalismo pluralista, como a polarização da política, em detrimento do consenso; a homogeneização popular, em detrimento da heterogeneidade dos grupos sociais e políticos; e, sobretudo, a sobreposição de valores conservadores sobre o progressismo (GOUVÊA; CASTELO BRANCO, 2020).

Uma nota importante, relativa ao discurso conservador e moral mais amplo, que no caso do populismo brasileiro refere-se a algumas especificidades que não encontramos em outros países e, todavia, podem ser associadas a outros elementos nacionais. Como o Brasil quase não tem uma forte imigração de refugiados e com forte presença muçulmana, e praticamente não convive com a tensão do terrorismo, ao contrário dos países do ocidente desenvolvido, para o populismo brasileiro o espaço do terrorismo é ocupado pelo crime. No lugar da imigração e da mudança cultural que este processo acarreta, temos em sua vacância as mudanças sociais – ou seja, novas demandas – trazidas pelos movimentos sociais mais progressistas, bem como o espaço do islã e o seu combate no discurso populista europeu vem a ser ocupado pela esquerda, categorizada como um dos principais inimigos e empecilhos para a concretização do mundo ideal de seus interlocutores/ eleitores. Diacronicamente, conforme analisa Jan-Werner Müller (2016), um líder ou partido populista não pode ser enquadrado como populista apenas por criticar as elites; é crucial que manifeste uma atitude antipluralista.

Essa forma de populismo apresenta-se como uma forma autêntica e exclusiva da vontade popular e dos interesses legítimos da nação, de modo que todos aqueles que discordam são apresentados como inimigos a serem combatidos. Aproxima-se da concepção elaborada por Carl Schmitt de política, cujo objetivo final é a eliminação do outro. O populismo como antítese da democracia constitucional, ao mesmo tempo que é populista com um viés mais autoritário como Donald Trump e Jair Bolsonaro, tenta empregar, uma vez no

poder, procedimentos jurídicos e prerrogativas institucionais com o objetivo de subjugar a legalidade e capturar as instituições jurídicas, subvertendo sua própria essência (GOUVÊA; CASTELO BRANCO, 2020).

O papel da mídia é fundamental para qualquer líder populista, pois é o elemento direto de diálogo com o eleitorado, com o “povo”. De fato, os meios de comunicação de massa revolucionaram as nossas formas de estar e vivenciar o mundo. A mídia transformou os fluxos de informações, produziu novos rituais cotidianos e quantidades inimagináveis de vivências diárias de informação ou entretenimento. Se na primeira onda o rádio foi o principal difusor, na segunda e terceira foi a televisão e o avanço da internet. O novo populismo, inovou-se, com as propagações das redes sociais como fonte inesgotável de informação e formação de preferências políticas, bem como de *fake news*. As notícias falsas, muito utilizadas pelos líderes populistas da atualidade, tem como o objetivo nortear, por meio de (des)informações e/ou conteúdos inverídicos, segmentos da sociedade para formar a opinião pública sobre determinados assuntos, principalmente as preferências políticas, apresentando uma influência decisiva no processo de decisão do eleitor e o mantendo mobilizado.

Outra especificidade é que, enquanto a extrema-direita em países como a França e a Itália recebe apoio desproporcional das regiões mais pobres e das pessoas mais pobres, o Brasil, nas eleições de 2018, com a vitória de Bolsonaro, não demonstrou tamanha reciprocidade desses segmentos socioeconômicos. Na verdade, é neste ponto que reside, de modo especial, o apoio evangélico a Bolsonaro, que foi expressivo e substancial, conforme argumentamos em trabalhos anteriores (AUTORES, 2021). Em outras palavras, percebemos no Brasil o crescimento do protagonismo evangélico na arena política e na mobilização eleitoral de modo mais geral, como já vislumbrado no tópico anterior.

Então, além de um populismo vocalizado por Bolsonaro aos militares e forças de segurança, seria possível falarmos de um populismo evangélico brasileiro, com maior ênfase nesse grupo social? Em primeiro lugar, é preciso frisar que existe uma ambivalência evangélica com relação ao populismo. Ou melhor dizendo, duas ambivalências. Uma mais global, relacionada com características centrais da religião evangélica, e a outra mais brasileira, relacionada à história nacional e a posição ainda ambígua da confissão evangélica no Brasil.

A primeira, a relação global, o uso populista do cristianismo na Europa, por exemplo, têm mais a ver com cultura e identidade do que com fé e valores. É mais avaliado

como cultura e identidade. Mas a tradição evangélica, nasce da recusa de entender a religião dessa forma, distanciando a religião “verdadeira”, de apropriação pessoal e internalizada, por meio da conversão das externalidades de cultura e identidade nacional. Enquanto a segunda ambivalência, a dimensão brasileira, apresenta alguns elementos convergentes internacionalmente com a Polônia e Hungria. Nesses países europeus também há um povo bastante religioso e tradicionalmente católico – embora sem a pujança evangélica que há no Brasil – bem como há pouca imigração e, após três décadas de democratização, há uma reação cultural contra a ascendência de valores liberais/progressistas.

Seja no Brasil, seja nos Estados Unidos e em certos países da Europa, os movimentos e líderes populistas têm a consciência de estarem avançando do relativismo para o ativismo, para a disputa da agenda política – o que não deixa de ser um interesse do conservadorismo no espaço público. Isso traz um novo *modus operandi*, tendo em vista que até então o próprio projeto político evangélico era baseado no voto corporativo, por meio de apresentação e mobilização que as igrejas fazem para conclamar seus fiéis a votarem em seus candidatos nos pleitos, como já analisado por Oro (2003) e Freston (1994). Desse modo, perfazem a constituição de uma agenda política mais ampla, abrindo o escopo de mobilização e discurso para questões e debates mais universais, muitas vezes não atrelados aos interesses e a realidade de certas igrejas, mas atentos aos interesses políticos e sociais.

## **5. O CASO BRASILEIRO: A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE BOLSONARISMO E CAMPO EVANGÉLICO.**

A análise do populismo no contexto do século XX, especialmente no Brasil, revela um padrão marcado pelo elogio à participação popular na política, entremeado por reflexões sobre como mitigar seus efeitos, resultando em impasses políticos sucessivos. Francisco Weffort e Octavio Ianni destacaram a ascendência política das massas brasileiras a partir dos anos 1930, atribuindo-a à combinação entre a estagnação agrária e o desenvolvimento urbano-industrial, além das crises decorrentes da democratização de 1945. No entanto, investigações contemporâneas, como as de Wendy Brown, Rita Abrahamsen e outros, como dissemos, apontam para a relevância do neoliberalismo na ascensão do populismo de extrema-direita. Esses movimentos aproveitam-se do ressentimento e da insatisfação, articulando demandas populares em sua narrativa, que inclui temas como

anticomunismo, conservadorismo cultural e patriotismo. Assim, a compreensão das origens do bolsonarismo no Brasil emerge não apenas das crises políticas e econômicas, mas também das transformações globais e das narrativas populistas que exploram identidades e sentimentos de pertencimento.

A grande maioria dos autores, tal qual Martin Egon Maitino (2020), Consuelo Dieguez (2022), Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro (2022) e Talita Tanscheit (2023), defendem a ideia de que a emergência do populismo de extrema-direita no Brasil se deu pelo contexto apresentado anteriormente. Tanscheit (2023) argumenta que o populismo de extrema-direita no Brasil é um fenômeno político enraizado em movimentos sociais e políticos surgidos durante a ditadura militar (1964-1985). Após a redemocratização do país, muitos desses movimentos foram cooptados por líderes políticos que adotaram uma retórica populista de extrema-direita. A autora destaca que esse populismo se caracteriza por uma retórica anti-establishment, buscando apelar às necessidades e desejos das pessoas comuns, frequentemente em oposição às elites políticas e econômicas. Na vertente populista da extrema-direita brasileira, isso se manifesta por meio da defesa dos valores tradicionais da família brasileira, um forte nacionalismo e a rejeição à imigração. Jair Bolsonaro seria o exemplo desse tipo de líder, já que durante sua campanha presidencial em 2018, ele adotou uma retórica que enfatizava a necessidade de um governo forte e centralizado para combater a corrupção e a violência no país. Além disso, defendeu valores conservadores, como o direito à posse de armas e a rejeição à introdução do que considerava ideologia de gênero nas escolas (TANSCHUIT, 2023).

Martin Egon Maitino (2020) argumenta que o bolsonarismo, centrado na figura do ex-presidente Jair Bolsonaro, possui uma base de apoio heterogênea, que inclui principalmente homens, indivíduos de maior renda, com alto nível de escolaridade e afiliação religiosa evangélica. O populismo bolsonarista se baseia na noção do "cidadão de bem", visto como a maioria silenciosa que precisa ser protegida dos marginais e criminosos. Segundo o autor, a ideologia do bolsonarismo representa uma nova face do conservadorismo tradicional brasileiro, que busca preservar os valores morais e culturais da sociedade nacional. Além disso, essa ideologia tem sido associada a um discurso nacionalista e anti-globalização, que enfatiza a soberania nacional e a defesa dos interesses do Brasil (MAITINO, 2020). Lynch e Cassimiro (2022) descrevem esse fenômeno como "populismo reacionário", uma estratégia política que busca mobilizar as massas populares em torno de uma liderança carismática e nacionalista, frequentemente associada a valores conservadores e anti-establishment. No

contexto brasileiro, essa estratégia foi adotada por Jair Bolsonaro e seus apoiadores como uma forma de se opor ao que eles denominam como a "velha política" representada pelo PT e outros partidos de esquerda. Nesse sentido, o populismo reacionário busca construir a imagem de Bolsonaro como um líder forte e autêntico, capaz de confrontar os interesses das elites políticas e econômicas que supostamente dominam o país. Para tanto, ele se apresenta como defensor dos valores tradicionais da família, da pátria e da ordem, ao mesmo tempo em que critica a corrupção, a insegurança pública e a crise econômica (LYNCH; CASSIMIRO, 2022).

Entretanto, uma pergunta ainda paira no ar: quais são as narrativas utilizadas pelo bolsonarismo no Brasil? Segundo Tanscheit (2023), a extrema-direita no Brasil é caracterizada por três atributos distintivos: nativismo, autoritarismo e populismo. O nativismo representaria uma ideologia que enfatiza a importância da identidade nacional e cultural, frequentemente em contraposição a influências estrangeiras. No contexto da extrema-direita brasileira, isso se manifestou por meio de um forte nacionalismo e uma postura contrária à imigração. Já o autoritarismo se referiria a uma forma de governo em que o poder é mantido por um líder ou grupo de líderes, sem considerar as opiniões ou desejos do povo. Na extrema-direita brasileira, isso se traduziu em um desejo por um governo centralizado e forte, com pouca tolerância à oposição política. Quanto ao populismo, observa-se uma retórica anti-establishment e uma ênfase na defesa dos interesses do "povo" em contraposição às elites políticas e econômicas (TANSCHHEIT, 2023). Outros autores apontam características adicionais, como uma visão conservadora e de direita que prioriza a segurança pública, o combate à corrupção e a defesa dos valores tradicionais da família e da religião (MAITINO, 2020). Além disso, destacam-se um nacionalismo agressivo e uma retórica anti-globalista que se opõe à integração regional e à cooperação internacional (CASARÕES; FARIAS, 2021), bem como medidas nacionalistas e chauvinistas, posturas anti-ambientalistas e conservadoras em relação aos direitos humanos, além de inclinações religiosas (LOPES; CARVALHO; SANTOS, 2022).

## 5.1. O BOLSONARISMO ENCONTRA OS EVANGÉLICOS

Ao mesmo tempo é importante salientar que esta onda "conservadora" (ALMEIDA, 2019), que aqui aparece com contornos religiosos, apresenta-se mais como uma tônica, do que como uma exceção na longa duração da moderna história das democracias

ocidentais (ALONSO, 2017). Contudo, o contexto social e político possibilitou, ou até estimulou - *mutatis mutandis* -, o uso da palavra religião e seus desdobramentos como um meio de falar para todos, como um código que estabelece uma comunicação dentro e fora da esfera da política partidária (VITAL DA CUNHA *et al.*, 2017). O mesmo código foi ativado durante a votação do encaminhamento do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, em 15/03/2016, quando os parlamentares usaram a palavra “Deus” 43 vezes durante a votação, cujo processo foi fundamentado por crimes de responsabilidade fiscal (PRANDI; CARNEIRO, 2018). Bem como no slogan da campanha eleitoral de Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” ou nas inúmeras vezes em que o então candidato usou a frase bíblica extraída do evangelho de João (8,32), “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, como forma de destacar sua crença e seus valores morais ao combate da corrupção e em prol da integridade. Em outras palavras, a religião como código emerge para comunicar posicionamentos, principalmente, como forma de identificação que fortalece o capital político.

Por conseguinte, as sinalizações de Bolsonaro em direção ao segmento evangélico foram fortes, de modo que além de serem um segmento religioso expressivo demograficamente, abrangendo em torno de 30% da população, mostrou-se, em boa medida, alinhado a ele eleitoralmente. Conforme analisa Almeida (2019), até a composição do novo governo Bolsonaro identificou-se na grande chave “cristã”, não incluído referências específicas das religiões afro-brasileiras e espírita, mas incorporou o judaísmo como compreendido pelo evangelismo de matriz fundamentalista norte-americana. Bolsonaro se declara católico, mesmo sem acentuar as características desse segmento, e sempre indicando aos evangélicos que pode ser ou mesmo parecer, evangélico<sup>4</sup>. Auferindo efeito eleitoral.

Portanto, as indicações e a abordagem política de Bolsonaro em relação ao grupo evangélico foram robustas. Esse segmento, além de ser demograficamente expressivo como comunidade religiosa, revelou-se amplamente alinhado a ele no contexto eleitoral. Como destacado por Almeida (2019), essa afinidade permeou a composição do governo de Bolsonaro, que se identificou predominantemente sob a ótica “cristã”, excluindo referências específicas das religiões afro-brasileiras e espírita, mas incorporando elementos do judaísmo conforme compreendido pelo evangelismo de matriz fundamentalista norte-americano.

---

<sup>4</sup> Em 2016, Bolsonaro viajou a Israel e deixou-se batizar, nas águas do Rio Jordão, por Everaldo Dias Pereira, pastor da Assembleia de Deus e candidato à Presidência da República em 2018, ficando em 5º lugar, com 0,75% dos votos.

Apesar de Bolsonaro se autodeclarar católico, ele tem habilmente sugerido aos evangélicos que poderia ser, ou parecer, um deles, obtendo assim impacto eleitoral.

A eleição de Bolsonaro, como tantas outras eleições, foi resultado de situações conjunturais e de processos estruturais – assim como a eleição de Marcelo Crivella na ex-capital federal (AUTORES, 2018). Para traçarmos essa razoabilidade elencaremos alguns vetores sociais que configuraram – e configuram – parte da conjuntura brasileira pelo menos desde 2013. Que transpassaram a conjuntura brasileira na qual o conservadorismo e os evangélicos estão implicados. Não necessariamente seriam causas para a eleição de Bolsonaro, mas como vetores que encontraram o candidato do PSL como melhor representação, conforme argumenta Almeida (2019).

Como abordamos em outros trabalhos (AUTORES, 2019 2023), a afinidade que atrai evangélicos e conservadorismo está muito mais ligada às condições discursivas que engendram os sujeitos e suas subjetividades, do que as características intrínsecas à teologia cristã ou, especificamente, evangélica pentecostal. Com isso não queremos dizer que conformações teológicas específicas não ensejaram discursos religiosos regressivos, que a maioria de nós classificaria como conservador. Por outro lado, chamamos a atenção, tanto para o caráter relacional, posicional das identidades evangélicas, que engendram o discurso conservador, quanto para a base material deste discurso, ligando, portanto, sujeitos e formas de sujeição e subjetivação. Interessam-nos, as formas políticas em que se precipitarão os antagonismos articulados a partir dos grupos de identidade evangélica, bem como os deslocamentos na base material destes sujeitos, que possibilitam o engendramento de subjetividades atomizadas e refratárias a solidariedades coletivas exógenas a sua comunidade. Defenderemos que, embora evangélicos tenham ganhado relevo no espaço público por pautas reativas à ampliação de direitos de minorias, tais ações não se devem unicamente a aspectos intrínsecos à teologia pentecostal, ou ao seu caráter alienante ou irracional, mas, principalmente a forma como se posicionam no jogo político nacional, ou melhor, como se publicizaram, bem como a forma como o discurso de fundo conservador é acionado como estratégia de sobrevivência nas grandes cidades e como forma de aglutinar votos. Somado a isso, a conjuntura política brasileira das últimas décadas, marcada por uma cruzada moral no combate à corrupção, ensejada e levada a cabo pela Operação Lava Jato e, principalmente, a forma como a elasticidade do discurso evangélico consegue traduzir estes cenários de instabilidade em sínteses discursivas capazes de oferecer mapas de ação para seus adeptos.



Nesse sentido, temos a crescente crítica nos últimos anos no que se refere a qual papel deve ter o Estado na economia, mais especificamente às políticas de proteção social. Como analisamos em trabalhos anteriores (AUTORES, 2024), a crítica advém da desconsideração do reconhecimento parcial dos benefícios das proteções sociais, em que teriam gerado a possível acomodação das pessoas e fidelização a um partido político. Dessa forma, passa a ser enaltecida e valorizada a ideia de esforço individual e a iniciativa privada em contraposição às políticas compensatórias e voltadas a minorias e grupos específicos. A crítica veio, principalmente, dos setores médios que não se viram contemplados por diversas políticas dos governos petistas por não possuírem certos atributos de vulnerabilidade (como as cotas raciais nas universidades públicas e demais políticas afirmativas, por exemplo). Ao mesmo tempo que esses setores foram atingidos indiretamente pelos efeitos de uma economia aquecida pelo consumo, também sentiram os efeitos da crise econômica e se acentuou a crítica ao Estado e seu caráter protetivo.

Esse entendimento de esforço individual possui uma grande afinidade de sentido com a orientação da Teologia da Prosperidade dos neopentecostais, e que se expande no meio evangélico. Ao estimular uma postura empreendedora com o objetivo não mormente de sobrevivência financeira, mas de acúmulo e mobilidade social. Como bem ressalta Almeida (2019), esse sentido de insatisfação com papel do Estado na economia, não significa que os evangélicos não tenham usufruído de políticas afirmativas e compensatórias nos últimos governos, bem como não dispensam as exigências dos serviços públicos na saúde, educação, segurança etc., mas sim que o discurso da prosperidade material é valorizado pela religião como ética econômica.

Somado a isso, o crescimento do pentecostalismo e a replicação de inúmeras igrejas pelos bairros e periferias do País acabam funcionando como empreendimentos de fé que concorrem entre si pela atenção e adesão do fiel. Tal cenário levou os pastores a tomarem contato com técnicas e discursos administrativos, para além da teologia da prosperidade iurdiana, que, por sua vez, foram traduzidos para linguagem teológica e espriados, assimilados, ressemantizados e postos em marcha pelos fiéis (AUTOR, 2008).

Nesse sentido, as igrejas passam a ser grandes cabeças de ponte desse processo, na medida em que ganham corpo, uma visão concorrencial do mundo social; ou, nas palavras de Dardot e Laval (2016), são fabricados os sujeitos neoliberais, derivados de um “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (ibid., p. 7). Ao mesmo tempo que

oferecem um mapa discursivo que engendra as novas subjetividades flexíveis, entrelaçando saberes locais práticos (pragmática vitalista) e processos gerenciais atuais, oferecem refúgio e estratégia de resistência contra processos de individualização. Propõem restaurar a autoridade paternal diante das ameaças de desintegração da família, criam uma rede de confiança – uma clientela – em um mercado cada vez mais anônimo.

De outro modo, o discurso a favor do “Estado Mínimo” apoia-se, em grande medida, na recusa da corrupção, dos privilégios e da morosidade do setor público do que no apoio incondicional às agendas neoliberais – que apresentam pouco apoio popular. Não despropositadamente que Pierucci (1987) e Almeida (2019), demonstram que são frequentes as alianças estratégicas entre conservadorismo moral e liberalismo econômico como forma de melhorar o desempenho eleitoral.

Outro vetor social de crucial importância foi a pauta dos costumes e moralidade. O Brasil com a redemocratização avançou em mudanças e direitos considerados progressistas em termos de direitos sexuais, reprodutivos e união de casais do mesmo sexo. Em movimento oposto, fez com que houvesse um recrudescimento das reações para conter esses valores mais progressistas e liberais. Tal cenário tem resultado na disputa pela moralidade pública, que encontrou nas religiões cristãs os principais promotores da sacralização da família e da reprodução da vida. Almeida (2019) destaca que a família tradicional foi e é, sem dúvida, o signo mais englobante do campo moral em questões relativas ao corpo. Principalmente associado a setores religiosos à direita, com ênfase em temas como aborto, gênero, sexualidade casamento e adoção de crianças por casais do mesmo sexo.

No entanto, o conservadorismo sobre temas morais, sobretudo os propagados por segmentos evangélicos – e católicos – não pretendem se limitar aos seus fiéis, mas alcançar a sociedade como um todo, disputando no plano da norma jurídica os conteúdos da moralidade pública (ALMEIDA, 2019). Esse é um esforço para construir uma gramática comum (no sentido laclauiano), capaz de transpor as fronteiras religiosas e absorver outros grupos ou estratos sociais religiosos ou não, havendo uma publicização e reconhecimento da pauta moral na esfera pública. Nessa dinâmica, os evangélicos ficam no meio termo entre uma minoria religiosa e um sujeito político com pretensões hegemônicas.

Por fim, sem esgotar as possibilidades conjunturais dos vetores sociais, destacamos o recrudescimento de posturas e ações mais punitivas dos aparelhos de segurança do Estado. A redução da maioria penal, a revisão da lei do armamento e a lei antiterror são

exemplos de ações que ampliam a violência do Estado sobre a população criminosa ou daqueles que não se enquadrariam na expressão “cidadão de bem”. Consideravelmente, essa linha de força do sistema político tende a encontrar apoio popular em grande medida. Como destaca Almeida (2019), a demanda por segurança amplia a oferta de serviços privados, que muitas vezes são prestados por agentes públicos. A campanha e a eleição de Bolsonaro capitalizaram, mas não foi a única, expressão dessa linha de força. Ainda segundo Almeida, no Congresso, o número de deputados e senadores pertencentes a corporações ligadas à segurança pública saltou de 18 para 73 (entre bombeiro militar, policial civil, policial militar, militar reformado e membro das Forças Armadas). Sem contar que boa parte dos que falam em nome dos evangélicos apoia uma maior ação repressiva dos aparelhos de segurança do Estado. Basta lembrarmos que cerca de dois terços dos deputados evangélicos votaram a favor da redução da maioria penal.

Na campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro e seus aliados buscaram sensibilizar o eleitorado passível desses vetores sociais elencados. Abraçando as pautas dos costumes, da crítica ao papel do Estado na economia, da ineficiência burocrática e a corrupção no meio político de modo geral, bem como a necessidade do liberalismo econômico como demiurgo do progresso e da eficiência. Ganhando grande apoio, principalmente dos evangélicos que sempre foram sensíveis às questões relativas ao corpo e ao comportamento. Também é importante frisar que nem todos os evangélicos são conservadores e que a pauta conservadora vai além dos evangélicos conservadores. Nesse aspecto, dentre essa pauta participam também católicos, outras religiões e atores não religiosos.

Em síntese, testemunhamos uma ampliação do domínio da moralidade tradicional além dos limites da esfera privada, manifestando-se de maneira mais abrangente na esfera pública, abrangendo a vida pública e comercial. De acordo com o que argumentamos até aqui, a ascensão dos valores morais tradicionais e do neoliberalismo resulta de um processo de ressonância com a cultura capitalista e o pentecostalismo contemporâneo, além de uma lógica de convergência entre o neoliberalismo e a defesa da família tradicional. Nesse contexto, a família assume o papel central nas áreas que tradicionalmente seriam abordadas por políticas sociais, tornando-se a principal responsável por questões como educação, saúde e cuidado com crianças. Conforme destacado por Brown (2019), há também uma dinâmica de exploração mútua, em que o segmento evangélico depende do Estado para promover seus valores, enquanto a campanha de Bolsonaro reconheceu prontamente a

importância do voto evangélico, adotando e vocalizando sua agenda nacionalmente, inclusive prometendo um "ministro terrivelmente evangélico" no Supremo Tribunal Federal.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste tópico, evidenciamos que a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil coincidiu com um notável crescimento do conservadorismo na sociedade. Impulsionado pela reação conservadora na esfera pública brasileira, pelos desdobramentos da Operação Lava Jato e pelo antipetismo, o respaldo das lideranças religiosas conservadoras junto ao seu público, o apoio do setor agropecuário e a mobilização das redes sociais em torno da narrativa populista reacionária conseguiram não apenas mobilizar o amplo espectro social para a eleição de 2018, mas também estabelecer uma interlocução sociopolítica mais abrangente, configurando o bolsonarismo como um movimento político.

Nesse contexto, esses atores advogam por soluções autoritárias e mais rigorosas para crimes, exemplificado pela discussão recente sobre a maioria penal. O discurso associando rapidamente os direitos humanos à ideia de privilégios para os detentos, como o auxílio-reclusão, gera desinformação e fortalece a retórica política nacional. Pierucci (1987) observou que, para a direita, o discurso moralista tornou-se um eficaz meio de conectar-se às massas e conquistar votos. Diante do clima de medo e tensão, a vertente moralista encontra grande receptividade, pois para muitos, a crise geral é percebida como uma crise cultural.

É relevante destacar que essa pauta, agora fortemente vinculada ao segmento evangélico, extrapolou para a agenda pública nacional, contribuindo para a polarização política recente e para a consolidação de uma direita cristã. Essa direita, marcada pelo antipetismo e antiesquerdismo, passou a orientar cada vez mais as posições políticas de líderes, políticos e setores da sociedade civil, mesmo que não se identifiquem como evangélicos.

Bolsonaro demonstrou habilidade ao articular esses fundamentos que sustentaram sua candidatura, contando também com o crucial apoio do mercado, essencial para sua vitória e apoio subsequentes. Dessa forma, o populismo, para Bolsonaro, não se concebe como um processo representativo, mas sim assegurado pela identidade, isto é, pela identificação do líder com o povo e vice-versa. Essa profunda associação confere ao

populismo a intensidade que proporciona aos seguidores um sentimento de pertencimento, algo que, na visão de Bolsonaro, falta à democracia liberal e pluralista, com suas estruturas processuais mais distantes da realidade do cidadão comum (Weyland, 2017).

A criação de antagonismos, conforme apontado por Connolly (2004), a partir das narrativas e retóricas discutidas ao longo deste artigo, evidencia que o carisma não é um elemento definidor do populismo, mas sim a crença difundida nas habilidades extraordinárias, autênticas ou surpreendentes de um líder. Essa crença é a principal forma pela qual a conexão entre líder e seguidores pode adquirir a intensidade que impulsiona e sustenta o populismo (Weyland, 2017). Se as pessoas acreditam nas qualidades salvadoras e redentoras de um líder, oferecerão um compromisso e apoio profundos, quase inquestionáveis. Essa é a estratégia definidora do populismo de Bolsonaro no Brasil, aliada ao seu personalismo ao se posicionar como o principal porta-voz dessas narrativas, através da combinação de diversos fatores conjunturais.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, junho, 2019. p. 185-213.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos (Cebrap)*, São Paulo, junho de 2017.

BIELSCHOWSKI, Ricardo. *Pensamento brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda. Razões e Significados de uma Distinção Política*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

BURITY, Joanildo; GIUMBELLI, Emerson. Minorias Religiosas: identidade e política em movimento. *Religião & Sociedade*, v. 40, p. 9-18, 2020.

CANOVAN, Margaret. *Populism*. London: Junction Books, 1981.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CONNOLLY, William. *The Ethos of Pluralization*. Minnesota: University of Minnesota Press, 2004.

DAHL, Robert. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

FITZI, Gregor. Political populism as a symptom of the great transformation of democracy. In: FITZI, Gregor; MACKERT, Juergen; TURNER, Bryan. *Populism and the Crisis of Democracy Volume 2: Politics, Social Movements and Extremism*. London: Routledge, 2018. p. 1-11.

FRASER, Nancy; JAEGGI, R. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.

FRESTON, P. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de Doutorado em sociologia. IFCH-Unicamp, Campinas, 1994.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GOULART, Mayra; ADINOLFI, Goffredo. O desafio populista à democracia representativa: a Venezuela chavista e o MoVimento 5 Estrelas. *Análise Social*, v. 227, n. iii (2.º), p. 388-414, 2018.

GOUVÊA, Carina B; CASTELO BRANCO, Pedro H.V.B. *Populismos*. Minas Gerais: Casa do Direito, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. London: Oxford University Press, 2005.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. New York: Verso, 2005.

MACHADO RODRIGUES, Theófilo.; BELLATO, Caíque. A Crise da Democracia Liberal no Início do Século XXI: duas abordagens da teoria política. *Agenda Política*, v. 9, n. 1, p. 253-279, 2022.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, Campinas, v. XI, n. 12, 2005.

MENDONÇA, Daniel. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. *Sociedade e Estado*, v. 25, n. 3, p. 479-497, set 2010.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe. *O Problema do Populismo: teoria, política e mobilização*. São Paulo: Pazzo, 2019.

MOUFFE, Chantal. *Agonistics: thinking the world politically*. London: Verso, 2013

MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.



MOUFFE, Chantal. The “End of Politics” and the Challenge of Right-wing Populism. In: PANIZZA, F. (ed.) *Populism and the Mirror of Democracy*. Londres/ Nova Iorque: Verso, p. 50-72, 2015.

MUDDE, Cas. *Populist Radical Right Parties in Europe*. New York: Cambridge University Press, 2007.

MUDDE, Cass. *The far right today*. Cambridge: Polity Press, 2019.

MÜLLER, Jan-Werner. *What Is Populism?*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit and Authoritarian Populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, 2003.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos Cebrap*, p. 26-45, 1987.

POSTERNAK, Leo. *Populismo no Brasil de 1945 a 1964: as interpretações da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo, do ISEB e do pensamento econômico liberal*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2008.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em Nome do Pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018.

RESENDE, Erica Simone A. *Os novos populismos contemporâneos como fenômeno global: implicações para política externa e de segurança internacional*. Faperj: Projeto Jovem Cientista do Nosso Estado, 2019.

REZENDE, Gabriel S. *Religião, Voto e Participação Política: a vitória de Marcelo Crivella na disputa eleitoral carioca de 2016*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. IUPERJ/UCAM, Rio de Janeiro, 2018.

REZENDE, Gabriel. O Voto Evangélico nas Eleições de 2018. In: MONTEIRO, Geraldo Tadeu; ISMAEL, Ricardo. *O Brasil e as Eleições Nacionais de 2018: Mudanças, Continuidades e Novos Desafios*. Rio de Janeiro: Gramma, 2020.

ROTH, Kenneth. The Dangerous Rise of Populism: Global Attacks on Human Rights Values. *Human Rights Watch World Report 2017*, Journal of International Affairs Editorial Board, p. 1-14, 2017.



SARTORI, Giovanni. Concept misformation in comparative politics. *American Political Science Review*, v. 64, n. 4, p. 1033-53, 1972.

SELL, Carlos Eduardo. *Introdução à Sociologia Política: sociedade e política na segunda modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUZA, Nelson Rosário. *Sociologia Política*. Curitiba: Iesde Brasil, 2008.

STIGLITZ, Joseph. *Globalization and Its Discontents*. New York / London: W. W. Norton & Company, 2002.

TORMEY, Simon. *Populismo: uma breve introdução*. São Paulo: Cultrix, 2019.

URBINATI, Nadia. *Democracy disfigured, Opinion, Truth, and the People*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

URBINATI, Nadia. *Me the people: how populism transforms democracy*. Cambridge: Harvard University, Press 2019.

VITAL DA CUNHA, Cristina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll, 2017.

WEYLAN, Kurt. Populism as a Political Strategy: An Approach's Enduring and Increasing Advantages. *Political Studies*, v. 69, n. 2, p. 185-189, 2021.

WEYLAND, Kurt. Clarifying a Contested Concept – Populism in the Study of Latin American Politics. *Comparative Politics*, v. 34, n. 4, p. 1-22, 2001.

WEYLAND, Kurt. Populism: A Political Strategic Approach. In: KALTWASSER, Rovira Cristóbal et al. (orgs.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 48-71.

**All Rights Reserved © Polifonia - Revista Internacional da Academia Paulista de Direito**

ISSN da versão impressa: **2236-5796**

ISSN da versão digital: **2596-111X**

[academiapaulistaeditorial@gmail.com/diretoria@apd.org.br](mailto:academiapaulistaeditorial@gmail.com/diretoria@apd.org.br)

[www.apd.org.br](http://www.apd.org.br)



This work is licensed under a [Creative Commons License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)